

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	20
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	22
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	23
1.16 Outras informações relevantes	24
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	25
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	28
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	37
2.10 Planos de negócios	38
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	40
3.2 Acompanhamento das projeções	41

# Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	42
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	45
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	46
4.4 Processos não sigilosos relevantes	47
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	48
4.6 Processos sigilosos relevantes	49
4.7 Outras contingências relevantes	50
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	51
5.2 Descrição dos controles internos	55
5.3 Programa de integridade	57
5.4 Alterações significativas	61
5.5 Outras informações relevantes	62
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	63
6.3 Distribuição de capital	67
6.4 Participação em sociedades	68
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	69
6.6 Outras informações relevantes	70
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	71
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	74
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	75
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	80
7.4 Composição dos comitês	89
7.5 Relações familiares	92
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	97
7.7 Acordos/seguros de administradores	98
7.8 Outras informações relevantes	99
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	100

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	105
8.3 Remuneração variável	109
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	111
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	112
8.6 Outorga de opções de compra de ações	113
8.7 Opções em aberto	114
8.8 Opções exercidas e ações entregues	115
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	116
8.10 Outorga de ações	117
8.11 Ações entregues	118
8.12 Precificação das ações/opções	119
8.13 Participações detidas por órgão	120
8.14 Planos de previdência	121
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	122
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	124
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	125
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	126
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	127
8.20 Outras informações relevantes	129
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	130
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	131
9.4 Outras informações relevantes	132
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	133
10.1 Descrição dos recursos humanos	135
10.2 Alterações relevantes	136
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	137
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	139
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	140
10.5 Outras informações relevantes	141
11. Transações com partes relacionadas	

## Índice

---

11.1 Regras, políticas e práticas	142
11.2 Transações com partes relacionadas	143
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	164
11.3 Outras informações relevantes	166
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	167
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	168
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	169
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	170
12.5 Mercados de negociação no Brasil	171
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	172
12.7 Títulos emitidos no exterior	173
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	174
12.9 Outras informações relevantes	175
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	176
13.1 Declaração do diretor presidente	177
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	178
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	179

## 1.1 Histórico do emissor

### 1.1. Breve histórico da Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Companhia”) foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding, trading* e distribuidora.

Em 1981, foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com o objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982, a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe “A” e preferenciais classe “B” de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos “NEMO3”, “NEMO5” e “NEMO6”.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003, deu-se início à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., tendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos

## 1.1 Histórico do emissor

e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2. Descrição sumária das atividades principais desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas

#### **Suzano Holding S.A.**

A Companhia é uma holding cujo principal ativo é a Suzano S.A., companhia que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose. Além da Suzano S.A., a Companhia atua no ramo imobiliário por meio de sua controlada Premesa S.A.

#### **Suzano S.A.**

A Suzano S.A. acredita ser uma das maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina, com mais de 90 anos de experiência no setor. A Suzano S.A., por meio de suas empresas controladas, opera, preponderantemente, em dois segmentos: celulose e papel, cujo portfólio é integrado por celulose de mercado, celulose fluff, papéis de imprimir e escrever (revestido e não-revestido), papelcartão e papel tissue.

A Suzano S.A. tem por objeto (i) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, incluindo a reciclagem destes, bem como de madeira e de produtos relacionados ao setor gráfico; (ii) a formação e a exploração de florestas homogêneas, próprias ou de terceiros, diretamente ou através de contratos com empresas especializadas em silvicultura e manejo florestal; (iii) a prestação de serviços, a importação, a exportação e a exploração de bens relacionados ao objeto da Suzano S.A.; (iv) o transporte, por conta própria e de terceiros; (v) a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento; (vi) a operação de terminais portuários; (vii) a geração e a comercialização de energia elétrica; (viii) prestação de serviços de transporte aquaviário pelas modalidades cabotagem e navegação interior, bem como atividades auxiliares, tais como operação e sinalização náutica; (ix) a prestação de serviços de operador portuário para movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área de porto organizado; e (x) a operação de aeroportos e campos de aterrissagem.

Na década de 50, a Suzano S.A. foi a primeira produtora no mundo a utilizar a celulose de eucalipto em escala industrial, sendo que, em meados da década de 60, a Suzano S.A. foi também a primeira a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto. A Suzano S.A. é uma das principais produtoras de papel no Brasil, e foi responsável até junho de 2020 por cerca de 39% das vendas frente aos fabricantes brasileiros de papel para imprimir e escrever e 26% de papelcartão, de acordo com a Ibá.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ainda, além das controladas que suportam as atividades principais da Suzano S.A., a empresa FuturaGene, atuante no setor de biotecnologia, foi adquirida para alavancar a competência florestal da Suzano S.A..

Em 2020, a Suzano S.A. era a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, também ocupando a primeira colocação como maior produtora de celulose de mercado, segundo a consultoria especializada na indústria de papel e celulose Hawkins Wright. Ainda segundo a Hawkins Wright, os 20 maiores produtores representaram 74% do mercado de celulose em 2021, cuja capacidade de celulose de mercado totalizava 75,3 milhões de toneladas.

A estrutura da Suzano S.A. inclui escritórios administrativos em Salvador (BA) e em São Paulo (SP), e conta com duas fábricas de produção integrada de celulose e papel no Estado de São Paulo, as Unidades Suzano e Limeira; uma fábrica não integrada de produção de papel no Estado de São Paulo, a Unidade Rio Verde; uma fábrica integrada de celulose, papel e tissue no Estado da Bahia, a Unidade Mucuri; e uma fábrica integrada de celulose e tissue no Estado do Maranhão, a Unidade Imperatriz. Após a incorporação da Fibria, passaram a fazer parte desta estrutura três fábricas de produção de celulose de mercado, uma localizada no estado do Mato Grosso do Sul, a Unidade Três Lagoas, uma no Estado de São Paulo, a Unidade Jacareí e uma no Estado do Espírito Santo, a Unidade Aracruz.

A participação acionária na Veracel, em conjunto com a Stora Enso, uma unidade produtora de celulose de mercado localizada em Eunápolis no Estado da Bahia, e de Portocel, em conjunto com a Cenibra, um terminal especializado na exportação de papel e celulose localizado em Aracruz no Estado do Espírito Santo, também passam a fazer parte desta estrutura. Com a aquisição da FACEPA, somam-se também as unidades industriais de produção de papéis tissue localizadas no Estado do Pará, a Unidade Belém, e no Estado do Ceará, a Unidade Fortaleza. Além das unidades industriais, a Suzano S.A. também possui uma das maiores estruturas distribuição de papéis e produtos gráficos da América do Sul, escritórios administrativos em Salvador (BA) e em São Paulo (SP) e a FuturaGene.

Em 28.12.2020 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano S.A. a incorporação da Facepa e da FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. que teve efeitos a partir de 31.12.2020.

No exterior, a Suzano S.A. mantém escritório de representação e subsidiária na China, controladas nos Estados Unidos, Suíça, Argentina e Áustria, e laboratórios de pesquisa em Israel, Canada e Brasil. Ao final de 2020, atuavam mais de 17,4 mil colaboradores próprios e 21,4 mil em atividades terceirizadas.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A produção de celulose de eucalipto da Suzano S.A. supre 100% de sua demanda para a produção de papel, sendo o restante vendido como celulose de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Suzano S.A. possuía 2,5 milhões de hectares de terras (próprias, arrendadas, parcerias e fomento), dos quais 1,3 milhão de hectares são ocupados por plantios de eucalipto e um milhão destinado à conservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente - localizadas principalmente às margens dos rios. O restante do montante está relacionado a áreas de infraestrutura, como estradas. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose. A capacidade instalada destinada a produção de celulose de mercado era de 10,9 milhões de toneladas por ano e 1,4 milhão de toneladas de papel.

A escala de produção, a proximidade dos plantios em relação às fábricas e a integração entre os processos de produção de celulose, papel e tissue são importantes alavancas de competitividade da Suzano. As áreas de plantio localizam-se em média a 250 km das unidades produtoras de celulose, tendo como estratégia o uso de modernas tecnologias de otimização de transporte. As Unidades Suzano, Rio Verde e Limeira (SP), voltadas principalmente para o mercado doméstico, estão localizadas próximas à cidade de São Paulo, o maior centro consumidor do Brasil, de acordo com dados da Ibá e da RISI. A Unidade Aracruz (ES) utiliza a estrutura de Portocel, localizado a apenas 3km por rodovia desta fábrica. A Unidade Mucuri (BA), voltada, principalmente, para o mercado externo, está localizada a, aproximadamente, 300 km do Porto de Vitória e a 250 km de Portocel. As unidades Jacareí (SP), Três Lagoas (MS) e Imperatriz (MA), focadas na exportação de celulose, utilizam o modal ferroviário para escoamento de sua produção para os Portos de Santos (SP) e Itaqui (MA). A distância relativamente curta entre as florestas, as fábricas, a maioria dos clientes do mercado doméstico e os portos, assim como o uso da multimodalidade, possibilitam menores custos de transporte e impactos socioambientais, assim proporcionando menores custos totais de produção.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 2,8 milhões de hectares de terras (próprias, arrendadas, parcerias e fomento), dos quais 1,6 milhão de hectares são ocupados por plantios de eucalipto e 1,2 milhão de hectares destinado à conservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente - localizadas principalmente às margens dos rios. O restante de terras está relacionado a áreas de infraestrutura, como estradas. A capacidade instalada destinada a produção de celulose de mercado era de 13,4 milhões de toneladas por ano, 1,7 milhão de toneladas de papel e embalagem e 280 mil toneladas de bens de consumo. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

e celulose.

A escala de produção da Suzano, a proximidade dos plantios em relação às fábricas e a integração entre os processos de produção de celulose, papel e tissue são importantes alavancas de competitividade da Suzano. Em 31 de dezembro de 2024, as áreas de plantio localizavam-se em média a 187 km das unidades produtoras de celulose, tendo como estratégia o uso de modernas tecnologias de otimização de transporte. As Unidades Suzano, Rio Verde e Limeira (SP), voltadas principalmente para o mercado doméstico, estão localizadas próximas à cidade de São Paulo, o maior centro consumidor do Brasil, de acordo com dados da Ibá e da RISI. A Unidade Aracruz (ES) utiliza a estrutura de Portocel, localizado a apenas 3 km por rodovia desta fábrica. A Unidade Mucuri (BA), voltada, principalmente, para o mercado externo, está localizada a, aproximadamente, 320 km do Porto de Vitória e a 250 km de Portocel. As unidades Jacaré (SP), Três Lagoas (MS) e Imperatriz (MA), focadas na exportação de celulose, utilizam o modal ferroviário para escoamento de sua produção para os Portos de Santos (SP) e Itaqui (MA). A distância relativamente curta entre as florestas, as fábricas, a maioria dos clientes do mercado doméstico e os portos, assim como o uso da multimodalidade, possibilitam menores custos de transporte e impactos socioambientais, assim proporcionando menores custos totais de produção.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha um total de ativos consolidados de R\$ 165,9 bilhões, um patrimônio líquido de R\$ 32,3 bilhões, receita líquida consolidada de R\$ 47,4 bilhões e EBITDA Ajustado de R\$ 23,8 bilhões.

### **Premesa S.A.**

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

**1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações**

**a. produtos e serviços comercializados**

A Companhia é uma holding que não possui produtos ou serviços comercializados. As receitas da Companhia decorrem principalmente de sua controlada Suzano S.A., que tem como principal atividade o segmento de papel e celulose e da atividade imobiliária da controlada Premesa S.A.

**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

A receita proveniente de cada segmento de negócio e sua participação na receita líquida, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 são as seguintes:

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (\*)**

	2025			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita Líquida (R\$ mil)	37.816.141	12.299.538	577	50.116.256
Participação na receita líquida	75,5%	24,5%	0,0%	100%
	2024			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita Líquida (R\$ mil)	37.593.462	9.809.819	2.108	47.405.389
Participação na receita líquida	79,3%	20,7%	0,0%	100%
	2023			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita Líquida (R\$ mil)	30.677.265	9.078.310	4.864	39.760.439
Participação na receita líquida	77,2%	22,8%	0,0%	100%

(\*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

O lucro proveniente de cada segmento de negócio e sua participação no lucro líquido, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 são as seguintes:

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (*)					
2025					
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Lucro líquido (R\$ mil)	8.907.700	1.741.300	(113)	2.794.885	13.443.772
Participação no lucro líquido	66,3%	13,0%	0,0%	20,8%	100,0%
2024					
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Prejuízo líquido (R\$ mil)	13.515.880	2.175.212	1.558	(22.784.905)	(7.092.255)
Participação no prejuízo líquido	-190,6%	-30,7%	0,0%	321,3%	100,0%
2023					
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Lucro líquido (R\$ mil)	9.445.158	2.771.130	2.712	1.849.548	14.068.548
Participação no lucro líquido	67,1%	19,7%	0,0%	13,1%	100,0%

(\*) As informações anuais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir da nota explicativa de Informações por Segmento das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel, celulose e imobiliários, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

**1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever: (a) características do processo de produção; (b) características do processo de distribuição; (c) características dos mercados de atuação, em especial: i. participação em cada um dos mercados; ii. condições de competição nos mercados; (d) eventual sazonalidade; (e) principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; e iii. eventual volatilidade em seus preços**

Não aplicável. A Companhia não produz produtos ou serviços dos segmentos operacionais.

Informações referentes aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais da controlada Suzano S.A. constam no item 1.4 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## 1.5 Principais clientes

**1.5. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia) informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável. Devido à natureza de suas operações, a Companhia não obtém receitas de venda de produtos ou prestação de serviços.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:**

#### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Não aplicável. A Companhia não está sujeita a autorizações governamentais para o exercício de suas atividades.

#### **b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia**

Não aplicável. A Companhia não está sujeita ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais.

#### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Não aplicável. A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

#### **d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros: (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; e (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não aplicável. A Companhia não faz ou fez contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

**1.7. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes considerando (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total do emissor; (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não Aplicável. A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

**1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios da Companhia**

Não aplicável. A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG):

**a. divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A Companhia não divulga informações ASG por meio de relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

**b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**c. auditoria ou revisão do relatório ou documento por entidade independente (identificar a entidade, se for o caso)**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**d. página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado e se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**f. relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**g. relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**h. realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

**i. explicações da Companhia sobre:**

**(i) a não divulgação de informações ASG**

A Companhia, por ser uma empresa Holding, está exposta a riscos de menor complexidade se comparado com uma empresa operacional e não faz relatórios

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

anuais de informações ASG. De todo modo, a Companhia está ciente da relevância do tema ASG e da significância da exposição dessas informações para a sociedade e para o mercado em geral e, inclusive, algumas informações pertinentes a esse tema e condizentes com a atividade da Companhia, como levantamento e controle dos dados autodeclarados dos colaboradores voltados para aspectos de diversidade, podem ser encontrados nessa nova versão do Formulário de Referência.

**(ii) a não adoção de matriz de materialidade;**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

Conforme informado no item (i) acima, a Companhia não elabora documento específico para divulgação das informações ASG. Entretanto, a Companhia possui acompanhamento de alguns indicadores ASG como clima organizacional, controle de rotatividade de funcionários, dados autodeclarados dos colaboradores voltados para aspectos de diversidade.

**(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório anual de ASG.

**(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia entende que sua atividade gera baixa emissão de gases de efeito estufa, de forma que não adotou ferramenta de gestão e monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.

A controlada da Companhia, Suzano S.A., divulga periodicamente suas informações ASG através de Relatórios Anuais que podem ser acessados no site <http://centraldesustentabilidade.suzano.com.br/>. O Relatório Anual da Companhia referente ao ano de 2025 foi publicado em abril de 2026.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Mais detalhes sobre as informações ASG da Suzano S.A. constam no item 1.9 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

### **1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista**

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1.11. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social**

Não aplicável. Não houve, no último exercício social, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### 1.12. Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.000.000.000,00, mediante a capitalização de parte das Reservas de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 199 da Lei das S.A., atribuindo-se aos acionistas, a título de bonificação, 345.854.606 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 150.068.292 ações ordinárias, (b) 137.145.654 ações preferenciais classe A e (c) 58.640.660 ações preferenciais classe B, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R\$ 4.775.670.351,97 para R\$ 5.775.670.351,97, dividido em 691.709.212 ações, sendo 300.136.584 ações ordinárias, 274.291.308 ações preferenciais classe A e 117.281.320 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.009.852.000,00, mediante a capitalização de Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, da Reserva Estatutária e da Reserva Legal, como seguem: (a) R\$ 483.458.000,00 proveniente da Reserva Legal; (b) R\$ 919.992.000,00 proveniente da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital; e (c) 606.402.000,00 proveniente da Reserva Estatutária, todas existentes em 31 de dezembro de 2024, inclusive para os fins do disposto no art. 199 da Lei 6.404/76 e no art. 31, §2º do Estatuto Social da Companhia, atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 411.127.775 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 178.390.693 ações ordinárias, (b) 163.029.165 ações preferenciais classe A e (c) 69.707.917 ações preferenciais classe B, na proporção de 0,5 nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R\$ 5.775.670.351,97 para R\$ 7.785.522.351,97, dividido em 1.102.836.987 ações, sendo 478.527.277 ações ordinárias, 437.320.473 ações preferenciais classe A e 186.989.237 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

As informações mais detalhadas sobre os referidos aumentos constam nas atas de AGOE divulgadas na CVM e no site da Companhia (<http://www.suzanoholding.com.br/>).

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1.13. Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas no último exercício social e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Recentemente, a Companhia celebrou dois Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, conforme abaixo indicados:

#### (i) Acordo de Acionistas Suzano Holding

Em 19 de dezembro de 2025, foi celebrado acordo de acionistas entre: (i) David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer e Izabela Henriques Feffer (quando em conjunto, “Grupo Max”); e (ii) Pedro Noah Hornett Guper, Ian Baruch Hornett Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper, Janet Guper, Diego Guper Gersgorin, Bianca Terpins Garcia, Lisabeth S. Sander, Nina Guper Sander e Julia Guper Sander (quando em conjunto, “Grupo Fanny”), o qual estabelece regras de governança e de reorganização da estrutura de capital da Companhia (“Acordo de Acionistas Grupo Max e Fanny”).

O Acordo de Acionistas Grupo Max e Fanny tem como objeto o compromisso de voto para a aprovação, dentre outras matérias: (i) da conversão da totalidade das ações preferenciais classe “A” e classe “B” de emissão da Companhia em ações ordinárias, à razão de 1 (uma) nova ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida; (ii) o grupamento das ações de emissão da Companhia, para que o número de ações de emissão da Companhia passe a corresponder ao mesmo número de ações de emissão da Suzano S.A. (“Suzano”) detidas pela Companhia; e (iii) reduções desproporcionais do capital social da Companhia, a serem submetidas anualmente à deliberação da assembleia geral, a partir do exercício social de 2026 (inclusive) até o exercício social de 2045 (inclusive), por meio das quais o Grupo Fanny receberá 1 (uma) ação de emissão da Suzano em contrapartida a cada ação de emissão da Companhia detida pelo Grupo Fanny que vier a ser cancelada em virtude das reduções do capital da Companhia.

O Acordo de Acionistas Grupo Max e Fanny visa permitir que o Grupo Max e o Grupo Fanny passem a deter suas participações na Suzano em estruturas separadas, com a saída do Grupo Fanny do capital social da Companhia no decorrer dos próximos 20 anos, respeitados os termos do Acordo de Acionistas Grupo Max e Fanny e do acordo de acionistas celebrados no âmbito da Suzano na mesma data.

O Acordo Grupo Max e Fanny também prevê, dentre outras matérias, (i) o direito do Grupo Fanny de eleger um membro para o Conselho de Administração da Companhia, (ii) restrições à transferência e oneração de ações de emissão da Companhia detidas pelo Grupo Fanny e (iii) regras de representação do Grupo Max e do Grupo Fanny.

## 1.13 Acordos de acionistas

### (ii) Acordo de Acionistas do Grupo Fanny

Em 26 de fevereiro de 2026, os acionistas do Grupo Fanny e Alan Terpins celebraram acordo de acionistas com o objetivo de regular o exercício de voto e a transferência de ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas do Grupo Fanny (“Acordo de Acionistas Grupo Fanny”).

Na data de celebração do Acordo de Acionistas do Grupo Fanny o número de ações vinculadas ao referido acordo era de 303.402.200 (trezentas e três milhões, quatrocentas e duas mil e duzentas) ações de emissão da Companhia, representativas de 27,51% do seu capital social, sendo 131.595.000 (cento e trinta e uma milhões, quinhentas e noventa e cinco mil) ações ordinárias, 120.343.170 (cento e vinte milhões, trezentas e quarenta e três mil, cento e setenta) ações preferenciais classe A e 51.464.030 (cinquenta e uma milhões, quatrocentas e sessenta e quatro mil e trinta) ações preferenciais classe B.

Os acordos de acionistas indicados acima podem ser encontrados na página da Companhia na internet (<https://www.suzanoholding.com.br/documentos>) bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1.14. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social**

Não houve, no último exercício social, alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **1.15. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais no último exercício social**

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou suas controladas no último exercício social não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **1.16. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento. Nos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023 a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.989,6 milhões, um prejuízo de R\$ 2.111,6 milhões e um lucro de R\$ 3.949,2 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 21.735,3 milhões, R\$ 23.845,4 milhões e R\$ 18.270,3 milhões nos respectivos períodos.

#### b. estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 11.728.136 mil, representando um acréscimo de 21,65%, ou R\$ 2.087.354 mil em relação a 31 de dezembro de 2024, e um decréscimo de 8,33%, ou R\$ (1.065.684) mil, em relação a 31 de dezembro de 2023. A variação é explicada, em sua maior parte, pelo resultado de equivalência patrimonial na controlada Suzano S.A.

#### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia através de suas receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio.

#### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, e resultado de aplicações financeiras.

#### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de eventuais deficiências de liquidez. As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2025 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “2.1.d.” e “2.1. f.”.

#### f. níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **restrições impostas à Companhia**

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não possui financiamentos contratados.

### **h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

No exercício de 2025, a Companhia (i) creditou dividendos a receber no seu ativo circulante, da sua controlada Suzano S.A. no montante de R\$ 410.471 mil pago em 04 de fevereiro de 2026; (ii) registrou no seu ativo circulante valores a receber proveniente da redução de capital de sua controlada Premesa S.A., no valor de R\$ 4.500 mil pago em 03 de fevereiro de 2026.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Os diretores devem comentar:

#### a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.989,6 milhões, em comparação ao prejuízo de 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.111,6 milhões, e em comparação ao lucro de R\$ 3.949,2 milhões em 31 de dezembro de 2023. O principal fator que contribuiu para o lucro de 2025, prejuízo de 2024 e lucro de 2023 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A., decorrente do lucro dessa controlada.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Equivalência patrimonial	3.989.641	(2.037.585)	3.992.769
Despesas operacionais, líquidas	(7.329)	(6.348)	(8.769)
Resultado financeiro líquido	7.464	(64.514)	(33.406)
Imposto de renda e contribuição social	(189)	(3.159)	(1.367)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>3.989.587</b>	<b>(2.111.606)</b>	<b>3.949.227</b>
<b>Abertura da equivalência patrimonial por controlada</b>			
Suzano S.A.	3.989.768	(2.039.673)	3.989.475
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	(127)	2.088	3.294
	<b>3.989.641</b>	<b>(2.037.585)</b>	<b>3.992.769</b>

#### b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

#### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

### **2.3. Os diretores devem comentar:**

#### **a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não tivemos mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2 acima.

#### **b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não tivemos opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores independentes.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5. Caso da Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:**

**a. informar o valor das medições não contábeis**

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como resultados financeiros e tributos.

O EBITDA consolidado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 totalizaram os montantes de R\$ 21.735 milhões, R\$ 23.845 milhões e R\$ 18.270 milhões, respectivamente. As margens EBITDA em relação às receitas líquidas foram de 45,95%, 56,56% e 57,28%, respectivamente.

**b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

<b>Cálculo do EBITDA</b>			
<b>Demonstrações Financeiras Consolidadas</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2025</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2024</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2023</b>
Receita Líquida Total (em R\$ mil)	50.116.256	47.405.389	39.760.439
Resultado Bruto (em R\$ mil)	16.225.939	20.002.874	14.681.930
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (em R\$ mil)	(3.312.740)	(2.938.547)	(2.596.377)

## 2.5 Medições não contábeis

(-) Despesas gerais e administrativas (Em R\$ mil)	(2.792.004)	(2.627.134)	(1.930.085)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais e ajustes (Em R\$ mil)	315.758	183.144	792.697
(=) EBIT (Em R\$ mil)	10.436.953	14.620.337	10.948.165
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$ mil)	11.298.347	9.225.034	7.322.100
(=) EBITDA (Em R\$ mil)	21.735.300	23.845.371	18.270.265
Margem de EBITDA %	43,37%	50,30%	45,95%

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia considera o EBITDA e o EBITDA Ajustado, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis como indicador razoável de comparação entre seus principais concorrentes de Mercado.

Este indicador não contábil é utilizado pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa, ainda que com determinadas limitações, da Companhia.

A Companhia considera a geração de Caixa Operacional uma importante medida de desempenho financeiro em uma indústria de capital intensivo.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 5 de fevereiro de 2026, a controlada Suzano S.A. concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) através de sua subsidiária Suzano International Finance B.V., substituindo a linha de crédito rotativo vigente desde fevereiro de 2022, aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$1.275.000 para US\$1.775.000 (equivalentes a R\$9.766.760). A contratação da nova linha tem por objetivo ampliar a já robusta posição de liquidez, proporcionando maior flexibilidade do caixa ao longo dos próximos anos.

O valor contratado de US\$1.775.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2031. O custo de manutenção (commitment fee), caso a linha não seja desembolsada, será de 0,27% a.a., e caso a linha seja desembolsada, será de SOFR+ 0,90% a.a.

Em 10 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da controlada Suzano S.A. aprovou o novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 (quarenta milhões) ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 meses.

As operações serão realizadas na B3, a preços de mercado, à conveniência da Suzano, tendo em vista o valor de cotação de suas ações, podendo as ações adquiridas serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente.

Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da controlada Suzano S.A. aprovou a realização da 2ª emissão de 2.500.000 de cédula de produto rural com liquidação financeira ("CPR-F"), escriturais, em até duas séries da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$2.500.000.

Serão emitidas no máximo na primeira série 1.500.000 de CPR-Fs equivalentes a R\$1.500.000 e no mínimo na segunda série 1.000.000 de CPR-Fs equivalente R\$1.000.000.

Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da controlada Suzano S.A. aprovou a realização da 12ª emissão de 179.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$179.000.

Em 09 de março de 2026 a Suzano Holding S.A. alienou a participação total da sua controlada Premesa S.A., representada por 21.572 ações ordinárias para IPLF Holding S.A., pelo valor de R\$2.926 a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Suzano concluiu a assinatura de contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade (sustainability-linked loan), contratado por sua subsidiária integral Suzano International Finance B.V. ("Suzano Netherlands"), no montante total de principal de US\$ 1.200 milhões (um bilhão e duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo de SOFR + 1,45% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 8 de março de 2031.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

O recurso acima citado será utilizado, junto com o caixa da Suzano, na liquidação antecipada de principal de US\$ 1.450 milhões (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) do contrato de pré-pagamento de exportação divulgado no Comunicado ao Mercado de 11 de Fevereiro de 2021, cujo montante inicial era de US\$ 1.570 milhões (um bilhão, quinhentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo original de Libor + 1,15% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 10 de março de 2027. O valor remanescente seguirá o cronograma original de vencimentos.

Em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da controlada Suzano S.A. aprovou o cancelamento de 20.000.000 ações ordinárias, com custo médio de R\$ 42,69 (quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos) por ação, no valor de R\$ 853.725 mil, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento das ações, o capital social de R\$ 9.269.281 mil passou a ser dividido em 1.304.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A controlada Suzano S.A. deliberou um novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 meses.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

#### a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

#### b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.

Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

#### c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro

## 2.7 Destinação de resultados

ou reservas de lucros.

Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

**e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações societárias, direitos e obrigações de qualquer natureza estão registrados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.9 Comentários sobre itens não evidenciados**

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b) natureza e o propósito da operação; (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG**

Não aplicável, tendo em vista que no momento a Companhia não possui plano de negócios.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

**3.1. Projeções referente ao último exercício social, identificando: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

### **3.2 Acompanhamento das projeções**

**3.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: (a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; (b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; e (c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

#### a. emissor

A Companhia é uma holding, que não possui ações em circulação e depende das distribuições de lucros de suas controladas, inclusive para obter fluxo de caixa, sendo a maior parte de sua receita proveniente das atividades da Suzano S.A.

#### b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, bem como a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observada a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

A capacidade de pagar dividendos aos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das controladas, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

A Companhia pode vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de suas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no capital social.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

As ações da Companhia não têm liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

### **c. suas controladas e coligadas**

A Companhia não possui sociedades coligadas.

Seu resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das controladas, que poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais da Companhia; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nos negócios e operações da Companhia; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos da Companhia ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado estimado ou a perda de investimento da Companhia em tais controladas.

Os riscos da sua controlada Suzano S.A., estão detalhados no item 4.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

### **d. seus administradores;**

A Companhia não identifica fatores de riscos em suas atividades relacionadas aos seus administradores.

### **e. seus fornecedores; f. seus clientes**

Não aplicável. A Companhia não possui fornecedores e clientes.

### **g. setores da economia nos quais o emissor atue;**

Por ser uma holding, a maior parte das atividades da Companhia são conduzidas através de suas subsidiárias. Deste modo, a participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de suas subsidiárias, o que está além do controle da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Não é possível assegurar que a atuação da subsidiária no setor de papel e celulose será bem-sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Suzano S.A. têm pouco controle sobre os preços praticados, além de enfrentar concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, conseqüentemente, a da Companhia.

### **h. regulação dos setores em que o emissor atue;**

A Companhia, por ser uma holding, tem a maior parte de suas atividades conduzidas através de suas controladas, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a Comissão de Valores Mobiliários, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

### **i. países estrangeiros onde o emissor atue**

Não aplicável. A Companhia não atua em países estrangeiros.

### **j. questões sociais; k. questões ambientais; l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

Não aplicável. A Companhia é uma holding sem atividades operacionais.

### **m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

A Companhia possui aproximadamente 28% de participação no capital social da controlada Suzano S.A., a qual em 31 de dezembro de 2025 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano S.A. e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia.

Dessa forma, os riscos da Companhia estão diretamente ligados aos riscos da Suzano S.A., detalhados no item 4.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2. Cinco principais fatores de risco, dentre os enumerados no item 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Os principais riscos da Companhia derivam das atividades e resultados de sua controlada Suzano S.A., a qual estima que seus principais riscos estão ligados as seguintes questões:

- (1) Os preços dos produtos da Suzano S.A. são altamente afetados pelos preços do mercado internacional, que variam de acordo com uma série de fatores que vão além do controle da Suzano S.A. e pode afetar adversamente os resultados operacionais e condições financeiras e capacidade de operar suas plantas de forma economicamente viável;
- (2) Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano S.A., assim como os mercados de valores mobiliários brasileiros;
- (3) A atividade da Suzano S.A. apresenta riscos operacionais relevantes que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira;
- (4) A não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento das autorizações, licenças, outorgas e registros necessários para desenvolver as atividades da Suzano S.A. poderá afetar adversamente suas operações; e
- (5) O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Suzano S.A. em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa (ESG) pode prejudicar sua reputação, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou expô-la a riscos adicionais.

Informações mais detalhadas sobre os 5 principais fatores de risco da Suzano S.A., constam no item 4.2 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### **4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

A Companhia, por ser uma holding, tem a maior parte de suas atividades conduzidas através de suas controladas, não estando, portanto, exposta diretamente a riscos de mercado, riscos cambiais e a taxas de juros.

Sua controlada Suzano S.A. está exposta a riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Informações mais detalhadas de sua controlada sobre este tópico constam no item 4.3 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

#### **4.4 Processos não sigilosos relevantes**

**4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas**

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, sua controlada Suzano S.A., inclusive suas subsidiárias, figuravam no polo passivo de um total de 8.339 processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, sendo o valor total de contingências classificadas como (i) perdas prováveis, integralmente provisionado, líquido de depósitos judiciais, de R\$ 2.801,7 milhões; e (ii) perdas possíveis de R\$ 11.630,9 milhões, para os quais não foi constituída provisão.

A listagem dos processos mais relevantes da Suzano S.A. conta no item 4.4 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### 4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para seus negócios.

Sua controlada Suzano S.A., provisionou o valor total dos processos tributários em R\$ R\$ 2.302,3 milhões, os trabalhistas em R\$ 296,3 milhões e os cíveis e ambientais em R\$ R\$ 318,2 milhões.

Informações mais detalhadas dessa provisão constam no item 4.5 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## **4.6 Processos sigilosos relevantes**

**4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Não há processos sigilosos relevantes envolvendo a Companhia ou suas controladas.

## 4.7 Outras contingências relevantes

### 4.7. Outras informações relevantes

A controlada da Companhia, Suzano S.A., possui 18 Termos de Ajustamento de Conduta, 8 de natureza trabalhista e 10 de natureza Ambiental. Todos os compromissos são monitorados internamente visando o integral cumprimento.

O detalhamento dos casos de maior relevância pode ser encontrado no item 4.7 do Formulário de Referência da Suzano S.A. que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

**a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A., que possui uma política aprovada em abril de 2023 pelo Conselho de Administração, conforme divulgado em seu Formulário de Referência.

Por possuir natureza de empresa holding, a Companhia apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional. Dessa forma, as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

A Companhia segue, no que couber, a Política de Gestão Integrada de Riscos da controlada Suzano S.A. que tem o objetivo de fornecer as diretrizes e os princípios gerais do processo de Gestão Integrada de Riscos, da fase de identificação à tratativa dos riscos identificados, conceituando as atividades, bem como definindo as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos da controlada.

Para a gestão de riscos de mercado, a Companhia segue a Política de Gestão de Riscos Financeiros da controlada Suzano S.A. que estabelece regras e orientações de procedimentos que definirão:

- Os parâmetros para a negociação de produtos de derivativos para a proteção das exposições que apresentam risco de mercado para a controlada;
- As alçadas na contratação de produtos de derivativos e seus respectivos limites; e
- A periodicidade da divulgação e responsabilidades pelos relatórios de acompanhamento da carteira de produtos de derivativos.

**b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i. os riscos para os quais se busca proteção; ii. os instrumentos utilizados para proteção; e iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Política de Gestão Integrada de Riscos da Suzano S.A. tem o objetivo de padronizar os conceitos, definições e práticas por ela adotadas, de forma que possam subsidiar a Suzano S.A. no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações para a controlada e seus stakeholders, conforme aplicável.

A Suzano S.A. categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Operacionais; e
- Riscos de Compliance.

Com relação a gestão de riscos de mercado, o processo busca evitar a volatilidade dos preços e taxas de mercado, a Suzano S.A. pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos, atreladas aos seguintes fatores de risco:

- Câmbio;
- Juros;
- Celulose; e
- Combustível de frete e outros insumos relacionados à produção.

O uso de derivativos deve ser exclusivamente para proteção de operações financeiras já contratadas ou fluxos de caixa da investida, não gerando alavancagem para a investida. É permitida a contratação dos seguintes derivativos:

- Swaps;
- NDFs (non deliverable forward);
- Opções Plain Vanilla (zero cost - collar).

Para cada exposição de risco de mercado da Suzano S.A. há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Além disso, a Suzano S.A. possui limite de hedge estabelecidos para cada tipo de exposição pautado em estudo realizado pela Tesouraria e apresentado ao seu Conselho de Administração.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A definição dos critérios para gestão de riscos, analisando o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão. Os riscos são avaliados e classificados de acordo com o Impacto do Risco, sendo eles: Menor, Moderado, Maior e Extremo.

Quanto à vulnerabilidade (probabilidade de ocorrência), os riscos também são classificados em quatro diferentes graus, de acordo com o seguinte critério: Remoto, Possível, Provável e Muito Provável.

A Suzano S.A. possui uma área de Riscos Corporativos que tem o papel de fazer a gestão integrada dos riscos prioritários da investida em conjunto com as demais unidades de negócio.

### **c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, conforme descrito no item (a), tendo em vista que a quase totalidade de seu resultado está vinculado à operação de sua controlada Suzano S.A.

A Suzano S.A. possui área de Controles Internos e uma política formal, tendo como seus objetivos estabelecer princípios e responsabilidades a serem observados para o fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos, mitigando os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento de leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores ou pela própria Suzano S.A.

Controles Internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável segurança, que sejam atingidos os objetivos da controlada nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

De acordo com a Política de Gestão de Derivativos da Suzano S.A., para cada exposição da controlada há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

Quaisquer desenquadramentos da Suzano S.A. devem ser notificados às áreas responsáveis, à Área de Riscos e Compliance e à Diretoria de Finanças da controlada no momento da detecção da desconformidade pela área de Riscos e Compliance e/ou Tesouraria. Caso algum limite ou definição estabelecido nestas Políticas não for cumprido pela controlada, ocorre um desenquadramento, que pode ser classificado como Passivo ou Ativo.

A Diretoria da controlada decidirá então pela implementação de medidas que permitam o retorno aos limites de risco estabelecidos ou, se for o caso, pela revisão do limite, em face de condições excepcionais de mercado, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Suzano S.A. a partir de recomendação do Comitê de Gestão e Finanças.

A Suzano S.A. entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade das Políticas de Gestão de Riscos e Derivativos visto que possui um sistema bem definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, que possui natureza de empresa holding, apresenta um ambiente de riscos simplificado não realizando transações negociais com complexidade e frequência comuns a uma empresa operacional; portanto as práticas de controles internos em vigor estão desenhadas a fim de manter o equilíbrio na relação custo x retorno para as atividades de controles.

Para auditar a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre aos diagnósticos da Auditoria Interna e as considerações da Auditoria Externa. A área de Auditoria Interna, por sua vez, contribui para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está sempre atenta para oportunidades de investimento em controles sistêmicos a fim de aprimorá-los.

#### b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui a seguinte estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstração financeiras confiáveis:

- Controladoria;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); e
- Auditoria Interna.

Os serviços de auditoria externa que visam garantir com razoável segurança que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais são prestados pela PwC Brasil, cujas atividades são supervisionadas pelo CAE. A relação completa das atribuições do CAE estão descritas no item 7.2 deste formulário.

#### c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

## 5.2 Descrição dos controles internos

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo responsável pela Auditoria Interna e pela Diretora Jurídica.

Esta supervisão é realizada através de atividades de avaliação periódica dos riscos, definição e revisão dos planos bianuais de auditoria, monitoramento diário do ambiente regulatório e acompanhamento das ações mitigatórias de risco formalizadas nos relatórios de avaliação dos controles internos.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A carta de controles internos foi emitida em 25 de março de 2026 com apenas uma oportunidade de melhoria relativa à conciliação de relacionamentos bancários, sendo recomendado que a Companhia adote controle periódico de monitoramento da posição atualizada dos relacionamentos bancários disponibilizada no Relatório Registrato, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia acatou a recomendação e adotou novo controle interno para minimizar o risco apontado.

### 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia entende que o cenário político-econômico global exige a estruturação de mecanismos de prevenção, detecção e tratamento de riscos corporativos, como no caso de desvios de conduta no relacionamento com a administração pública. Nesse sentido, a Companhia demonstra seu posicionamento em documentos internos, como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta, além de ações internas de promoção à Integridade e Compliance Corporativo.

A Política Anticorrupção tem como objetivo o combate à corrupção no relacionamento da Companhia com os agentes da Administração Pública, conforme as diretrizes da Lei nº12.846/13, do Decreto nº 8.420/15 e do Código de Conduta. O documento orienta os colaboradores da Companhia – sejam eles próprios ou terceiros – quanto às práticas a serem empregadas para evitar atos lesivos à administração pública, fraudes e corrupção, visando garantir os mais altos padrões de integridade alinhados às melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance.

As principais diretrizes da Política Anticorrupção incluem: (i) agir de forma transparente, evitando qualquer ação que possa ser interpretada de maneira indevida e/ou não condizente com os negócios da Companhia; (ii) abster-se, em qualquer situação ou circunstância, de prometer, oferecer, induzir e/ou conceder bem de valor ou vantagem, financeira ou não, para um Agente Público ou pessoa relacionada, com o propósito de influenciar decisões ou obter informações privilegiadas e/ou confidenciais sobre oportunidades de negócio, atividades do mercado ou licitações; (iii) não devem fazer parte dos processos decisórios nenhum tipo de favor ou vantagem, assim como brindes, cortesias, entretenimento, doações e contribuições políticas.

A Política Anticorrupção foi revisada em fevereiro/2024 e entendemos que suas diretrizes estão alinhadas às melhores práticas do mercado e atualizadas à legislação vigente,

### 5.3 Programa de integridade

podendo sofrer alterações a qualquer momento, respeitando as alçadas de aprovação da Diretoria Executiva.

O Programa de Integridade pode ser traduzido como um conjunto de ações e mecanismos internos que promovam a integridade e incentivem à denúncia de irregularidades, garantindo a aplicação efetiva do nosso Código de Conduta, valores, políticas e diretrizes. Abrange e orienta todos os colaboradores – próprios e terceiros, além dos parceiros comerciais. As abordagens tratadas nesse programa são conduzidas baseadas na percepção dos gestores da organização, obtidas através de um questionário de integridade para identificação das áreas sensíveis ao relacionamento com agentes/órgãos públicos, além de temas relacionados à brindes e doações.

A atualização da avaliação dos riscos corporativos, que incluiu a avaliação dos riscos de integridade, foi iniciada no final de 2023 e se encontra em fase final de edição para ser validade por nossos órgãos de governança interna.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são representadas na figura da área de Auditoria Interna.

A Diretoria Executiva define as penalidades com base nas investigações e orientações emitidas pela Auditoria Interna.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta Suzano tem por objetivo comprometer os administradores, gestores, colaboradores e stakeholders da Companhia com os princípios éticos que norteiam a nossa conduta empresarial, além de disseminá-los para a nossa rede de relacionamento que abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

### 5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O processo de avaliação e resposta à inobservância do Código de Conduta, políticas e procedimentos ou, ainda, normas, leis e regulamentações é responsabilidade da Diretoria Executiva. As sanções incluem, mas não se limitam a (i) advertência informal (somente para violações leves de conduta); (ii) advertência formal; (iii) transferência para outra área/posição; (iv) demissão; e/ou (v) demissão, acompanhada de representação civil e/ou criminal.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta aplicável a Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Suzano S.A.

O encaminhamento de eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do Código de Conduta poderá ser feito à Ouvidoria Externa, sendo o denunciante, quando identificado, informado do andamento do processo.

O Código de Conduta é um documento público e está disponibilizado na página web do Grupo Suzano no endereço: <http://www.suzanoholding.com.br/governanca/#!/codigo-de-conduta>

**b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia conta com um canal aberto de Ouvidoria, sob gestão independente de empresa terceira. As denúncias podem ser anônimas, se assim desejar o denunciante, e podem ser encaminhadas por meio de uma central telefônica ou da Internet.

Aberto, o canal de denúncia está disponível a todos colaboradores, terceiros e demais stakeholders. A apuração e resposta das eventuais violações fica a cargo da Auditoria Interna da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

Além do canal de Ouvidoria, os colaboradores, sem a necessidade de se identificarem, podem enviar eventuais denúncias aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE pelo e-mail [comiteauditoria.holding@suzano.com.br](mailto:comiteauditoria.holding@suzano.com.br), informando as situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas à Companhia.

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve denúncias de desvios, fraudes, irregularidades ou quaisquer atos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>DANIEL FEFFER</b>						
011.769.138-08	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025		
Não	Daniel Feffer		Física	011.769.138-08		
86.733.069	18,125	111.565.578	17,870	198.298.647	17,981	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe A	77,684,276	17.764	12.443	7.044		
Preferencial Classe B	33,881,302	18.119	5.427	3.072		
<b>DAVID FEFFER</b>						
882.739.628-49	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025		
Não	David Feffer		Física	882.739.628-49		
86.733.069	18,125	112.001.618	17,940	198.734.687	18,020	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe A	78,120,316	17.863	12.513	7.084		
Preferencial Classe B	33,881,302	18.119	5.427	3.072		
<b>IZABELA HENRIQUES FEFFER</b>						
229.995.918-10	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025		
Não	Izabela Henriques Feffer		Física	229.995.918-10		
43.366.535	9,063	56.054.582	8,979	99.421.117	9,015	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe A	39,113,932	8.944	6.265	3.547		

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>IZABELA HENRIQUES FEFFER</b>						
229.995.918-10	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025		
Não	Izabela Henriques Feffer		Física		229.995.918-10	
43.366.535	9,063	56.054.582	8,979	99.421.117	9,015	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe B	16,940,650	9.060	2.714	1.536		
<b>JANET GUPER</b>						
029.123.398-80	Brasil	Não	Não	19/12/2025		
Não	Janet Guper		Física		029.123.398-80	
32.898.753	6,875	44.465.131	7,122	77.363.884	7,015	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe A	31,599,122	7.226	5.061	2.865		
Preferencial Classe B	12,866,009	6.881	2.061	1.167		
<b>LISABETH S. SANDER</b>						
698.932.768-53	Brasil	Não	Não	19/12/2025		
Não	Lisabeth S. Sander		Física		698.932.768-53	
32.898.753	6,875	33.845.971	5,421	66.744.724	6,052	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
Preferencial Classe A	20,979,962	4.797	3.361	1.902		
Preferencial Classe B	12,866,009	6.881	2.061	1.167		

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>MIKHAEL HENRIQUES FEFFER</b>					
229.995.868-17	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025	
Não	Mikhael Henriques Feffer		Física	229.995.868-17	
43.366.535	9,063	56.054.583	8,979	99.421.118	9,015
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
Preferencial Classe B	16,940,651	9.060	2.714	1.536	
Preferencial Classe A	39,113,932	8.944	6.265	3.547	
<b>RUBEN FEFFER</b>					
157.423.548-60	Brasil	Sim	Sim	19/12/2025	
Não	Ruben Feffer		Física	157.423.548-60	
86.733.069	18,125	110.338.988	17,674	197.072.057	17,870
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
Preferencial Classe A	76,457,686	17.483	12.247	6.933	
Preferencial Classe B	33,881,302	18.119	5.427	3.072	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
<b>OUTROS</b>					
65.797.494	13,750	99.983.259	16,015	165.780.753	15,032

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>TOTAL</b>						
478.527.277	100,000	624.309.710	100,000	1.102.836.987	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	23
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

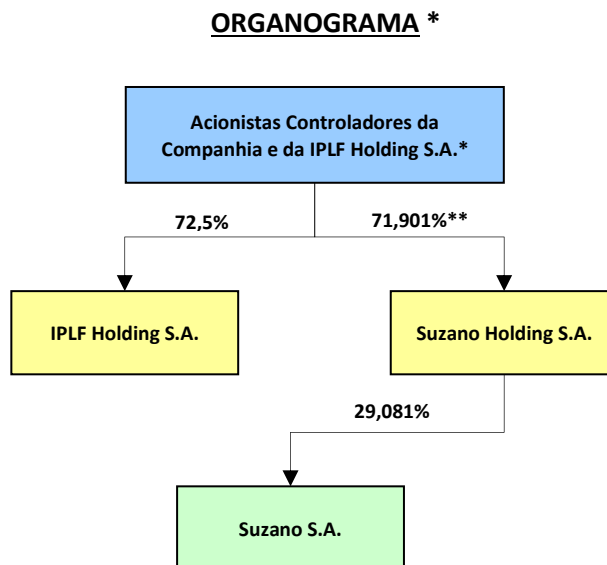
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

### 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Suzano S.A	16.404.287/0001-55	29,08

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

**6.5. Organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (b) principais controladas e coligadas da Companhia; (c) participação da companhia em sociedade do grupo; (d) participação de sociedades do grupo na Companhia; e (e) principais sociedades sob controle comum:**



\* Acionistas Controladores da Companhia e da IPLF Holding S.A.: David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer e Izabela Henriques Feffer.

\*\*A participação de 71,901% dos acionistas controladores na Companhia não considera as participações detidas pelos acionistas ligados aos acionistas controladores, de 28,099%.

OBS: A Companhia e a IPLF Holding S.A. são sociedades sob controle comum.

## **6.6 Outras informações relevantes**

### **6.6. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

**a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

**b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações; e (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatutário não possuem um processo formal de avaliação de desempenho de seus membros. No entanto, anualmente, quando é feita a indicação de candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Comitê de Auditoria Estatutário, é levado em consideração o desempenho e assiduidade dos membros durante o mandato anterior.

O processo de avaliação da Diretoria Executiva é feito anualmente pelo Comitê de Gestão com base no atingimento de metas de desempenho financeiro e não financeiro e seu resultado é levado em consideração para a permanência, promoção ou desligamento dos executivos nos respectivos cargos.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Lei das S.A. não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

Além disso, estabelece que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. A Companhia não possui regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

A Companhia não possui política de transação com partes relacionadas, entretanto os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

**d. por órgão: (i) e (ii) respondido em formulário específico; (iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

A Companhia não acompanha outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração e entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram divulgados nos itens (i) e (ii).

**e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia alinhada ao compromisso de diversidade, equidade e inclusão, passou a contar desde 2022 com 3 (três) mulheres na Diretoria Executiva, representando cerca de 75% dos 4 (quatro) assentos.

**f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

A Companhia, por ser uma holding, não possui uma política de avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Sua controlada Suzano S.A., avalia frequentemente os impactos que temas socioambientais podem trazer para os negócios e os públicos de relacionamento. Nesse processo de análise, conta com o apoio da Diretoria Executiva, que assessora os conselheiros a supervisionarem a implementação

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

de sistemas de governança e o desempenho da empresa em aspectos de sustentabilidade relevantes para o negócio, como as mudanças climáticas.

Mais detalhes sobre as informações de riscos e oportunidades relacionados ao clima da Suzano S.A. constam nos itens 7.1 de seu Formulário de Referência que pode ser encontrado na CVM ou em seu site <https://www.suzano.com.br/>.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	3	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

#### a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

##### Diretoria

Nossa Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente e de até 4 (quatro) Diretores, sendo um deles Diretor de Relações com Investidores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919. A nossa Diretora de Relações com Investidores é a Sra. Maria Cecília Castro Neves Ipiña, sendo seu telefone (11) 3503-9069 e seu e-mail [cecilian@suzano.com.br](mailto:cecilian@suzano.com.br).

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, correio eletrônico ou outro meio de comunicação, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores.

Compete aos Diretores Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

<b>Diretores</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de eleição</b>	<b>Término do mandato</b>
David Feffer	Diretor Presidente	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Maria Cecília Castro Neves Ipiña	Diretora de Relações com Investidores	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027
Gabriela Feffer Moll	Diretora Geral de Operações	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027
Nicole Schulze Blanck	Diretora de Finanças	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social. A Diretoria não possui regimento interno.

### Comitê de Auditoria Estatutária (“CAE”)

Nos termos do Artigo 30 do Estatuto Social, a Companhia possui um CAE com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno. O CAE é órgão permanente e dotado de autonomia operacional, vinculado ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, com as atribuições de assessorar ao Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos e compliance, atuando com a observância da Lei nº Lei das S.A., Estatuto Social e instruções da CVM, sem prejuízo de outras normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

O CAE deve atuar de forma a preservar o patrimônio e os interesses da Companhia, conferindo a devida importância na supervisão, análise e adequação aos processos relativos aos relatórios financeiros, com a finalidade de contemplar a governança corporativa da Companhia. Os membros do CAE devem exercer suas atividades respeitando os deveres de lealdade e diligência, evitando quaisquer situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas.

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O CAE é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sendo (i) ao menos um membro do Conselho de Administração da Companhia que não participe da Diretoria; e (ii) a maioria de membros independentes. Os membros do CAE têm mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

São atribuições do CAE, além de outras que forem fixadas pelo Conselho de Administração:

- a) Opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- b) Supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos e auditoria interna da Companhia Supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua; e (iii) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- c) Monitorar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- d) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- e) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- f) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- g) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- h) Assegurar que o CAE tenha meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas relacionadas ao escopo de suas atividades.

O CAE possui regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02/12/2019, disponível no website [www.suzanoholding.com.br](http://www.suzanoholding.com.br).

**b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são apreciadas pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria e, por fim, pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente.

A Companhia não possui uma política formalizada para a contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente.

**c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do Canal de Ouvidoria da Companhia, as quais são geridas, averiguadas e tratadas previamente pela Auditoria Interna com reporte periódico, de suas atividades, ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Após os devidos trâmites e caso necessário os temas críticos poderão ser apresentados ao Conselho de Administração.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** ALAN TERPINS      **CPF:** 270.904.498-66      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Empresário      **Data de Nascimento:** 26/05/1975

**Experiência Profissional:** Graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Alvares Penteado. Continuou a trajetória estudantil com cursos de artes e marketing na Universidade da Califórnia em Berkeley e finanças na Universidade da Pennsylvania. Após anos atuando em agências publicitárias, Alan é responsável, desde 1998, pela produção executiva e musical de clientes publicitários na produtora A Voz do Brasil. Em 2018, funda a Mission Music para conteúdos musicais diferenciados. É membro do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., membro do conselho e sócio da Aurratech Inc. Consultor na área de produção da agência de marketing DDW em Sausalito, Califórnia. Atuante no mercado de Venture Capital e Private Equity através da 19York em São Francisco, Califórnia. Desde 2017 é também produtor de cinema com produções no Brasil e EUA.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2026	Sim	01/05/2022

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Alan Terpins declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER **CPF:** 066.934.078-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/04/1942

**Experiência Profissional:** Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico, tendo participado do Conselho de Administração de empresas como Lojas Renner S.A., RBS Participações S.A., Cyrela Brazil Realty SA Empreendimentos e Participações, dentre outras. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de 2010 a maio de 2022, foi Diretor e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Companhia (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração); (b) de 2002 a 2022 foi membro do Conselho de Administração (sendo Vice-Presidente desde 2013), membro do Comitê de Gestão e Finanças e do Comitê de Pessoas da Suzano S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) de 2010 a maio de 2022 foi Diretor Vice-Presidente Executivo e desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. (de abril de 2013 a outubro de 2018 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração), companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) de 2010 a maio de 2015, foi Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) de 2011 a abril de 2022 foi Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) de 2010 a 2022 foi membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2010 a março de 2018, foi membro do Conselho de Administração e de março de 2018 a junho de 2021 foi Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) de abril de 2015 a abril de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador, de 2013 a 2020 foi membro da Diretoria Executiva da Fundação Arymax, fundação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2026	Sim	01/05/2013

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Claudio Sonder declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** DAVID FEFFER      **CPF:** 882.739.628-49      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Empresário      **Data de Nascimento:** 13/11/1956

**Experiência Profissional:** Coursou Administração de Empresas no Brasil e possui cursos de especialização na Harvard Business School (EUA), na Columbia University (EUA), no IMD (Suíça), no The Aspen Institute (EUA), no Singularity University (EUA) e na Stanford University (EUA). Desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2001, é Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta controlada pela Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (b) desde 2019 é Coordenador dos Comitês de Gestão e Finanças e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Pessoas e, a partir de 2023, foi indicado como coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano S.A, no qual é membro desde 2019; (c) de 2001 a abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; sendo também, desde 2001, Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (d) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; e (e) de 2001 a abril 2015, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia. Também é membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Diretor da Escola ALEF-Peretz; e Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2025	Até a RCA subsequente a AGO de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		14/05/2025		13/05/1999

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** GABRIELA FEFFER MOLL    **CPF:** 315.806.998-98    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profis são:** Administradora de Empresas    **Data de Nascimento:** 13/12/1983

**Experiência Profissional:** Graduada em Administração Hoteleira, com MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos pela Harvard University, Insper e Insead. Em 2010 Gabriela fundou a AG Sport, consultoria especializada na idealização e organização de grandes eventos, na qual era responsável pelo desenvolvimento da área comercial e de estratégia. Em 2015, se juntou a Dotz com atuação nas frentes de business development e implementação de um novo modelo de autoatendimento 100% digital para abertura no mercado de small business. Desde maio de 2022, é Diretora estatutária da Companhia, sendo responsável pela Gestão Estratégica de Pessoas e Comunicação Corporativa. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 2017 liderou a comunicação de produtos e a transformação digital da Unidade de Papel e Embalagens da Suzano S.A. e após a fusão desta com a Fibria, atuou na célula de integração responsável pelo acompanhamento das sinergias advindas; (b) desde abril de 2022, é membro do Conselho de Administração da Suzano S.A., companhia aberta controlada pela Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (c) desde 2022, é membro dos Comitês de Gestão e Finanças, Sustentabilidade, Estratégia e Inovação e do de Pessoas da Suzano S.A.; e (d) desde maio de 2022, é Diretora das seguintes companhias: Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e Premesa S.A., companhia fechada controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. De junho de 2021 a dezembro de 2022 foi Vice-presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal. Além disso, Gabriela também é atualmente membro do (i) Comitê de ESG e Pessoas da Bionexo S.A., companhia fechada de tecnologia que oferece soluções digitais para gestão de processos na saúde, e (ii) Conselho do ELF (Grupo de empoderamento e Liderança Feminina da Federação Israelita do Estado de São Paulo - FISESP).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027	Outros Diretores	Diretora Geral de Operações	14/05/2026		02/05/2022

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Gabriela Feffer Moll declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** GERALDO JOSÉ CARBONE **CPF:** 952.589.818-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1956

**Experiência Profissional:** Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e da Polpar S.A, Diretor da Alden Investimentos Imobiliários Ltda., membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, membro do Comitê de Remuneração no Grupo Itaú Unibanco, membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Vice-Presidente do Conselho da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. Também atua como Sócio Diretor da G/xtrat Consultoria Econômica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participações Ltda., desde 2011. Foi Presidente (1997 a 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994) no Bank Boston e atuou como Economista-Chefe na Bunge y Born (1982 a 1987). Também ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (2008 a 2011) e de membro do Conselho de Administração (2006 a 2008) e (2017 a 2018).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2026	Sim	01/05/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Geraldo José Carbone declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** MARCOS SAMPAIO DE ALMEIDA PRADO      **CPF:** 095.833.608-30      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 23/02/1951

**Experiência Profissional:** Graduado em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Sócio da empresa Almeida Prado Contábil Sociedade Simples, onde atua, há mais de 40 anos, na prestação de serviços de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Desde abril de 2013 é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding SA, companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do CAE da Companhia e membro do Conselho Fiscal das companhias Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, Cury Construtora e Incorporadora S.A., JSL S.A., Movida Participações S.A., e Vamos Locações de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2026	Sim	01/05/2013

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** MARIA CECILIA CASTRO NEVES IPIÑA      **CPF:** 938.418.767-49      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogada      **Data de Nascimento:** 18/03/1974

**Experiência Profissional:** Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e com LL.M. (Master of Laws) pela Universidade de Chicago, Cecilia Castro Neves possui mais de 25 anos de experiência profissional na área jurídica, tendo atuado em escritórios no Brasil e em Nova Iorque. É Diretora Jurídica da Companhia, tendo sido eleita Diretora de Relações com Investidores da Companhia em maio de 2025. Além disso, desde maio de 2025, é Diretora de Relações com Investidores da Polpar S.A., dentre outras companhias. É habilitada para o exercício da advocacia tanto no Brasil quanto em Nova York (NY Bar Association).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027	Diretor de Relações com Investidores		14/05/2026		14/05/2025

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Cecilia Castro Neves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** NICOLE SCHULZE BLANCK **CPF:** 298.762.838-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 22/09/1979

**Experiência Profissional:** Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e com MBA pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Nicole Schulze Blanck possui mais de 25 anos de experiência nas áreas jurídica e financeira, com passagem por escritório de advocacia, grande empresa do setor de consumo e gestora de recursos. Iniciou sua carreira no Cescon, Barriou, Fleisch & Barreto Advogados, onde construiu sólida formação em direito empresarial. Na Cervejaria Ambev, ocupou posições de liderança tanto na área jurídica, com ênfase em direito tributário, quanto na financeira, atuando em controladoria e relações com investidores. Na VELT Partners, gestora de recursos, exerceu as funções de CCO, COO, Diretora Financeira e de Riscos. Em maio de 2026 foi eleita Diretora Financeira da Companhia e da Polpar S.A.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2026	Até a RCA subsequente à AGO de 2027	Diretor Financeiro		14/05/2026		14/05/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nicole Schulze Blanck declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome** ORLANDO DE SOUZA DIAS **CPF:** 046.293.378-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/01/1946

**Experiência Profissional:** Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu e cursou economia na Universidade de São Paulo. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. De 2008 a 2022 foi Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sendo responsável pela (i) gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria e de suas controladas; e (ii) representação da Companhia perante determinados órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de abril de 2013 a maio de 2022 foi Diretor Vice Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (b) de 2008 a maio de 2022 foi Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (c) de abril de 2015 a maio de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia.; (d) Até abril de 2022, foi Diretor da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2026	Até a AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		29/04/2026	Sim	29/04/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Orlando de Souza Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** JOSÉ CARLOS GARBES **CPF:** 005.994.128-60 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 20/05/1958

### Experiência Profissional:

José Carlos Garbes é graduado em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. De 2015 a 2019 foi Vice-Presidente do Conselho Fiscal e desde 2019 é especialista financeiro do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Além disso, de 2015 a 2019 foi membro do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Atualmente também desenvolve trabalhos de consultoria econômico-financeira e também serviços de consultoria tributária.

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/2026	1ª RCA após AGO de 2028			14/05/2026	02/12/2019

### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A José Carlos Garbes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome:** MARCOS SAMPAIO DE ALMEIDA PRADO **CPF:** 095.833.608-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 23/02/1951

**Experiência Profissional:** Graduado em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Sócio da empresa Almeida Prado Contábil Sociedade Simples, onde atua, há mais de 40 anos, na prestação de serviços de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Desde abril de 2013 é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding SA, companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do CAE da Companhia e membro do Conselho Fiscal das companhias Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, Cury Construtora e Incorporadora S.A., JSL S.A., Movida Participações S.A., e Vamos Locações de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	15/05/2024	1ª RCA após AGO de 2026			15/05/2024	30/04/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome:** ORLANDO DE SOUZA DIAS **CPF:** 046.293.378-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/01/1946

**Experiência Profissional:**

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu e cursou economia na Universidade de São Paulo. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. De 2008 a 2022 foi Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sendo responsável pela (i) gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria e de suas controladas; e (ii) representação da Companhia perante determinados órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais. Ainda, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) de abril de 2013 a maio de 2022 foi Diretor Vice Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (b) de 2008 a maio de 2022 foi Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (c) de abril de 2015 a maio de 2022 foi Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia.; (d) Até abril de 2022, foi Diretor da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/2026	1ª RCA após AGO de 2028			14/05/2026	02/05/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Orlando de Souza Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Executiva	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Gabriela Feffer Moll	315.806.998-98	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente Executivo e Controlador Direto	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretora Executiva	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
DAVID FEFFER	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente Executivo e Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
N/A				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretora Executiva	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	PREMESA S.A	61.142.469/0001-50	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
GABRIELA FEFFER MOLL	315.806.998-98	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretora Executiva	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano S.A	16.404.287/0001-55	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

**7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), a qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice, originalmente contratada com o Chubb Seguros Brasil S.A, está vigente no período compreendido entre 1 de setembro de 2025 e 1 de março de 2027 e o prêmio pago com o seguro de D&O foi de R\$ 234.913,29. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de R\$ 60 milhões, é suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades.

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **7.8. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**8.1. Descrever a política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Embora a Companhia não possua uma política formalmente aprovada de remuneração de executivos, adota como referência práticas de remuneração que visam atrair, recompensar e reter profissionais qualificados, alinhados aos princípios e valores da Companhia, bem como aos objetivos dos acionistas.

Para isso, as práticas de remuneração são fundamentadas no monitoramento do ambiente externo e na comparação do posicionamento salarial com os mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos mesmos segmentos da Companhia, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou aquelas com estratégia de remuneração similar à adotada internamente.

A estratégia de remuneração tem como objetivo posicionar a Companhia conforme mediana do mercado de referência, em termos de remuneração total, a fim de alcançar os objetivos de atração e retenção de profissionais altamente qualificados, que contribuirão para o cumprimento e superação dos resultados planejados.

No que se refere à remuneração variável, aplica-se um programa de participação nos lucros e resultados, baseado em metas alinhadas à estratégia da Companhia e adequadas a cada nível hierárquico dos colaboradores.

Os programas de remuneração variável têm como propósito incentivar a superação dos resultados planejados pela Companhia, atrair e reter profissionais altamente capacitados e promover o alinhamento das metas empresariais entre acionistas, executivos e colaboradores.

**b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

## 8.1 Política ou prática de remuneração

O processo decisório é feito pela Diretoria Estatutária com base nas pesquisas de mercado de remuneração realizadas pelas consultorias especializadas contratadas pela Companhia.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é estabelecida conforme padrões de mercado por meio de pesquisas de remuneração conduzidas por consultorias especializadas no tema.

**(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia**

Não há avaliação da política de remuneração pelo Conselho de Administração.

**c. composição da remuneração, indicando:**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia;**

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem somente a remuneração fixa que visa atrair, reter e recompensar conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Diretoria: Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia. Já o incentivo de longo prazo baseia-se na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite salarial.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Comitê de Auditoria Estatutário: Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário fazem jus à remuneração fixa. Este é o único comitê de assessoria ao Conselho de Administração da Companhia com previsão estatutária. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão ter direito a uma remuneração, especificamente com relação aos serviços prestados na qualidade de membros do comitê, a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem, cada membro, remuneração fixa, superior a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

Conselho de Administração: Nos últimos três anos 100% da remuneração total foi paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria: A tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego), da remuneração variável de curto prazo (participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (bônus diferido):

Ano	Remuneração Fixa <sup>(1)</sup>	Remuneração Variável Curto Prazo <sup>(2)</sup>	Remuneração Variável Longo Prazo <sup>(3)</sup>
2025	57%	35%	8%
2024	63%	33%	5%
2023	40%	54%	7%

<sup>(1)</sup> Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós-emprego)

<sup>(2)</sup> Remuneração variável curto prazo (participação nos resultados e bônus)

<sup>(3)</sup> Remuneração variável longo prazo (bônus diferido)

Conselho Fiscal: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria são

## 8.1 Política ou prática de remuneração

periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de meta definida no período é o resultado operacional financeiro da Companhia.

A Companhia não possui indicadores de desempenho ligados a questões ASG.

### **(ii) razões que justificam a composição da remuneração**

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total conforme mediana deste mercado selecionado.

### **(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato**

O membro da Diretoria que pertence ao grupo de controladores não recebe remuneração.

### **d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

### **e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário da**

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### Companhia

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

## 8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,83		7,83
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.777.009,44		2.197.009,44
Benefícios direto e indireto	0,00	158.252,80		158.252,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.109.446,75		1.109.446,75
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	175.937,05		175.937,05
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	420.000,00	3.220.646,04		3.640.646,04

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,83		8,83
Nº de membros remunerados	5,00	2,83		7,83
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	420.000,00	2.506.007,35		2.926.007,35
Benefícios direto e indireto	0,00	208.516,79		208.516,79
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.656.944,96		1.656.944,96
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	364.282,83		364.282,83
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	40.503,27		40.503,27
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	Os valores informados consideram a Remuneração de 3 diretores proporcionais no ano de 2025		
Total da remuneração	420.000,00	4.776.255,20		5.196.255,20

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	420.000,00	2.448.832,96		2.868.832,96
Benefícios direto e indireto	0,00	189.266,77		189.266,77
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.376.804,43		1.376.804,43
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	198.630,36		198.630,36
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	420.000,00	4.213.534,52		4.633.534,52

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,67		8,67
Nº de membros remunerados	5,00	2,67		7,67
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	420.000,00	1.959.874,76		2.379.874,76
Benefícios direto e indireto	0,00	157.904,60		157.904,60
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.262.602,67		1.262.602,67
Participação de resultados	0,00	1.603.868,88		1.603.868,88
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	359.010,96		359.010,96
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de longo prazo baseado na concessão eventual e deliberada de um bônus diferido atrelado a um limite de múltiplo salarial e INSS (ônus empregador) incidente sobre o incentivo.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A		
<b>Total da remuneração</b>	420.000,00	5.343.261,87		5.763.261,87

## 8.3 Remuneração Variável

## Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,67		7,67
Esclarecimento				
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1978325,80		1.978.325,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1109446,75		1.109.446,75
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

## Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,83		8,83
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3116755,20		3.116.755,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1798128,00		1.798.128,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

## Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Esclarecimento	Não há previsão de remuneração variável para o Conselho de Administração.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2896140,00		2.896.140,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1670850,00		1.670.850,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
--	------	------	--	------

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,67		8,67
Nº de membros remunerados	0,00	2,67		2,67
Esclarecimento	Não há pagamento de remuneração variável para o Conselho de Administração.			

**EM RELAÇÃO AO BÔNUS**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

**EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1365000,00		1.365.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	945000,00		945.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1603868,88		1.603.868,88

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

### **8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As opções do Plano de SAR (Share Appreciation Rights) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

### **8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

## **8.7 Opções em aberto**

### **8.7. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações/opções.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### **8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais**

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração. Apenas a Diretoria Estatutária foi contemplada por estes planos.

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

**8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

## 8.10 Outorga de ações

### **8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

As opções do Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) foram encerradas em 2020, quando ocorreram os últimos resgates. Após a liquidação deste plano, a Companhia deixou de possuir plano de remuneração baseado em ações e não há previsão para novas outorgas.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração. e Diretoria Estatutária nos últimos 3 exercícios.

## **8.12 Precificação das ações/opções**

### **8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

As informações divulgadas nos itens 8.5 a 8.11 são referentes à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos últimos 3 exercícios.

**8.13 Participações detidas por órgão**

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

**COMPANHIA**

		30/04/2026		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	86.733.069	-
	Ações Preferenciais Classe A	-	78.881.026	-
	Ações Preferenciais Classe B	-	33.881.302	-

**CONTROLADAS**

		30/04/2026		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Suzano S.A.	Ações Ordinárias	-	53.522.870	-

**SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM**

		30/04/2026		
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
IPLF Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	246.174.093	-
	Ações Preferenciais	-	2.148	-

## 8.14 Planos de previdência

### 8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3,83	0	8,83
c. Número de Membros remunerados	0	2,83	0	2,83
d. Nome do plano	-	Suzano Prev	-	-
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-	-
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev. e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	-	-
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	342,249,20	-	342,249,20
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	65.784,01	-	65.784,01
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	-	-

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
<b>Nº de membros</b>	3,83	4,00	3,67	5,00	5,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	2,83	3,00	2,67	5,00	5,00	5,00
<b>Valor da maior remuneraçãoReal</b>	1.626.310,78	1.655.710,83	2.779.483,47	84.000,00	84.000,00	100.800,00
<b>Valor da menor remuneraçãoReal</b>	781.945,27	1.258.795,05	1.390.610,16	84.000,00	84.000,00	100.800,00
<b>Valor médio da remuneraçãoReal</b>	1.183.937,98	1.405.511,51	2.111.251,94	84.000,00	84.000,00	100.800,00

**Observações e esclarecimentos**

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	<p>Valor da maior remuneração: A remuneração anual considerou o Diretor que permaneceu durante todo o ano na posição</p> <p>Valor da menor remuneração: A remuneração anual considerou, de forma proporcional, o Diretor que permaneceu por alguns meses na posição, refletindo a remuneração correspondente ao período efetivamente ocupado no cargo</p> <p>Valor médio da Remuneração: A remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurada com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício.</p> <p>A apuração considerou a soma de todas as remunerações reconhecidas no resultado de 4 diretores.</p>	
31/12/2024	<p>Valor médio: a remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurada com a exclusão de 01 membro não remunerado no exercício. A apuração considerou a soma de todas as remunerações reconhecidas no resultado de 4 diretores.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, levando em consideração todas as remunerações reconhecidas no resultado.</p> <p>O valor médio da remuneração anual de cada órgão corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão</p>	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	<p>O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi apurado sem qualquer exclusão, levando em consideração todas as remunerações reconhecidas no resultado.</p> <p>O valor médio da remuneração anual de cada órgão corresponde à divisão do valor total da remuneração anual de cada órgão pelo número de membros remunerados informado para o respectivo órgão.</p>	

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

**8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

**8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente**

<b>Órgão</b>	<b>Exercício social corrente previsto em 31.12.2026</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2025</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2024</b>	<b>Exercício social encerrado em 31.12.2023</b>
Diretoria Estatutária	50,51%	34,05%	29,88%	25,68%
Conselho de administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>50,51%</b>	<b>34,05%</b>	<b>29,88%</b>	<b>25,68%</b>

**8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)**

<b>Exercício Social</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)****31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	20.411.067,43	20.411.067,43
Sociedades sob controle comum	1.846.671,96	0,00	0,00	1.846.671,96

Especificação das demais Remunerações	Valores da controlada da Companhia, Suzano S.A.; e sociedade sob controle comum, IPLF.
---------------------------------------	--

**31/12/2025****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	19.587.229,57	19.587.229,57
Sociedades sob controle comum	1.846.671,96	0,00	0,00	1.846.671,96

Especificação das demais Remunerações	Valores da controlada da Companhia, Suzano S.A.; e sociedade sob controle comum, IPLF.
---------------------------------------	--

**31/12/2024****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	12.437.408,00	12.437.408,00
Sociedades sob controle comum	1.940.007,96	0,00	0,00	1.940.007,96

Especificação das demais Remunerações	Valores da controlada da Companhia, Suzano S.A.; e sociedade sob controle comum, IPLF.
---------------------------------------	--

**31/12/2023****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	7.522.883,00	7.522.883,00
Sociedades sob controle comum	20.586.719,50	0,00	0,00	20.586.719,50

Especificação das demais Remunerações	Valores da controlada da Companhia, Suzano S.A.; e sociedade sob controle comum, IPLF.
---------------------------------------	--

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **8.20. Outras informações relevantes**

Na remuneração prevista para o exercício social corrente (2026) do conselho de administração, diretoria estatutária e não foram considerados encargos de ônus do empregador (INSS).

Demais informações relevantes foram informadas nos tópicos acima.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>002879</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
01/01/2017	01/01/2017		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 05 de setembro de 2016.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2025, corresponde ao montante de R\$ 147.924,98, referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2025.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não aplicável.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável.			

.....

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

**9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

Não aplicável, nenhum dos auditores ou pessoas a eles ligadas foram contratados pela Companhia ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	2	3	0	0	0
Não-liderança	10	4	0	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	3	0	2	0	0	0
Não-liderança	1	8	1	4	0	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	3	2
Não-liderança	4	8	2
<b>TOTAL = 19</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

### Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	5	0
Não-liderança	0	14	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	5	0	0
Não-liderança	0	0	0	14	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	12	7	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça**

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	11	1	6	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	4	11	4
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 19</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2025					
São Paulo	5	2	12	0	19

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Distribuição dos Colaboradores	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	Total
Exercício de 2025					
São Paulo	0	0	0	02	02

c. índice de rotatividade

Índice Rotatividade	Efetivos	Transferência	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
Exercício de 2025					
São Paulo	19	07	03	03	34,2%

## **10.2 Alterações relevantes**

### **10.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1. acima**

Não aplicável.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3. Políticas de remuneração dos empregados da Companhia

#### a. política de salários e remuneração variável

A Companhia adota diretrizes com objetivo de assegurar uma remuneração competitiva e alinhada com o mercado de comparação, realizando periodicamente pesquisas de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.

A remuneração dos colaboradores da Companhia é composta por: (a) remuneração fixa, formada por salário base mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo; (b) remuneração variável por meio de um programa anual de participação nos resultados; e (c) benefícios

O programa de participação nos resultados tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores. Este programa baseia-se no estabelecimento de metas coletivas e individuais. Essas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.

#### b. política de benefícios

A Companhia adota como diretriz pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração e proporcionar maior segurança e qualidade de vida, permitindo o foco no desempenho das funções.

Os colaboradores da Companhia são elegíveis no ato da admissão aos seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio-creche para colaboradoras e colaboradores e auxílio filho excepcional.

Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ou por liberalidade da Companhia.

#### c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

A razão entre (i) a maior remuneração individual e (ii) a mediana da remuneração individual reconhecida no exercício social encerrado em 31.12.2025 é de 6,97 vezes.

**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

<b>Maior Remuneração Individual</b>	<b>Mediana da Remuneração Individual</b>	<b>Razão entre as Remunerações</b>
1.561.043,00	120.000,00	13,01
<b>Esclarecimento</b>		

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### **10.4. Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais**

Os colaboradores da Companhia são vinculados ao Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo.

A Companhia mantém bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, preservando uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores, por meio de um processo de negociação pautado na ética e buscando soluções que fortaleçam as relações de confiança e respeito mútuo.

Não ocorreram paralizações ou greves nos últimos 3 exercícios sociais.

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10.5. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

**11.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não tem uma Política de Transações com Partes Relacionadas. De acordo com as atuais regras e práticas, os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Administradores</b>	31/12/2025	1.399.000,00	914.000,00	-3145177	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Partes relacionadas					
<b>Objeto contrato</b>	O montante refere-se ao reembolso de despesas incorridas pelos administradores da controlada Suzano S.A. para o exercício de suas funções junto a Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Transações comerciais					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Bexma Comercial Ltda.</b>	31/12/2025	3.826.000,00	6.000,00	3826000	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas com a Companhia e a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>BS Participações S.A.</b>	31/12/2025	124.000,00	0,00	124000	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Civelec Participações Ltda.</b>	31/12/2025	92.812,00	2.895.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Vendas de outros produtos pela Civelec em conjunto com a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Reembolso de despesas					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.</b>	31/12/2025	0,00	-81.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da BV					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da BVF em 2025					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.</b>	31/12/2025	0,00	-161.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Imofor					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Imofors em 2025					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.</b>	31/12/2025	0,00	217.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Lenar					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Lenar em 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Ficus Empreendimentos Participações S.A.</b>	31/12/2025	0,00	-82.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada por alguns acionistas da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Ficus					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Débito em conta corrente com a controlada Nemonorte, referente a despesas com manutenção nos imóveis da Ficus em 2025					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Função Arymax</b>	31/12/2025	13.000,00	5.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que tem em seu conselho acionistas da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas com a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	31/12/2025	508.000,00	0,00	508000	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Ibema Companhia Brasileira de Papel</b>	31/12/2025	189.280.000,00	67.551.000,00	-14378593	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente em conjunto, através da sua controlada Suzano S.A.					
<b>Objeto contrato</b>	Transações comerciais de venda de papel e celulos					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Transações comerciais					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável</b>	31/12/2025	-4.961.000,00	2.000,00	-4974417	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano S.A.					
<b>Objeto contrato</b>	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Apoio a projetos sociais com a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas que contribuam para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>IPLF Holding S.A.</b>	31/12/2025	5.000,00	0,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Reembolso de despesas corporativas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Mabex Representações e Participações Ltda.</b>	31/12/2025	-1.165.000,00	-16.000,00	-1173043	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas com a Companhia e a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Naman Capital Ltda.</b>	31/12/2025	4.758.000,00	333.000,00	4758000	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente por alguns acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas com a Companhia e a controlada Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.</b>	31/12/2025	186.000,00	7.000,00	177767	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada indireta					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviço com as administração de imóveis, tais como acompanhamento de vistoria, pagamentos e outros na Suzano S.A					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Consultoria Imobiliária para administração de imóveis					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Outros acionistas</b>	31/12/2025	-2.732.272.000,00	-2.732.272.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Acionistas da Companhia e da controlada Suzano S.A.					
<b>Objeto contrato</b>	Distribuição de dividendos da controladora e controlada Suzano S.A. exercício 202					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Dividendos a pagar					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Polpar S.A.</b>	31/12/2025	2.000,00	2.000,00	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Valor a receber referente a redução de capital na empresa relacionada					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Redução de capital a receber					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Premesa S.A.</b>	31/12/2025	4.439.292,08	4.439.292,08	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta					
<b>Objeto contrato</b>	Valor a receber referente a redução de capital na controlada					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Redução de capital a receber					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>SPLF Investimentos e Participações Ltda.</b>	31/12/2025	2.901.000,00	0,00	2901000	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de custos e despesas					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compartilhamento de custos e despesas corporativas. O valor informado no montante envolvido refere-se à despesa incorrida no exercício de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Suzano S.A.</b>	31/12/2025	412.145.249,84	412.145.249,84	0	Indeterminada	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a receber exercício 202					
<b>Garantia e seguros</b>	Não existe					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Dividendos a receber					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

**11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:**

### **n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui (i) Regimento interno do conselho de administração, que determina a abstenção de voto do membro que estiver em conflito de interesse em matéria específica a ser deliberada pelo conselho; e (ii) Código de Conduta que estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:

(i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por “Parentes” entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avós, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro(a));

(ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses; e

(iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'****o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas (incluindo seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas) apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização,

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 11.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia considera que as operações com partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas usuais de mercado para operações semelhantes. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11.3. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

**12.1 Informações sobre o capital social**

<b>Tipo Capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>	
<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Valor do capital</b>
19/12/2025		7.785.522.351,97
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
478.527.277	624.309.710	1.102.836.987
<b>Capital social por classe de ações preferenciais</b>		
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações</b>	
Preferencial Classe A	437.320.473	
Preferencial Classe B	186.989.237	

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

**12.2. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.**

Não aplicável. A Companhia não possui quaisquer valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

### **12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

## 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

### **12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - “NEMO3”; (ii) ações preferenciais classe “A” - “NEMO5”; e (iii) ações preferenciais classe “B” – “NEMO6”.

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **12.7 Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

**12.8. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar: (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **12.9. Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Maria Cecilia Castro Neves Ipiña	Diretor de Relações com Investidores
David Feffer	Diretor Presidente

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

O Diretor Presidente da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

DAVID FEFFER

5BA09BEDD846405

**David Feffer**

Diretor Presidente

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Signed by:  
  
9D232F6BA0D24AC...  
**Maria Cecilia Castro Neves Ipiã**  
Diretora de Relações com Investidores

### **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.